



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, às onze horas, no auditório da UNIG,  
2 situado na Av. Henrique Duque Estrada Mayer, novecentos – Posse - Nova Iguaçu-RJ, foi realizada a  
3 primeira reunião Extraordinária CIR Metropolitana I do ano, com presença dos **membros da Secretaria**  
4 **de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES):** Sra. Patrícia Vanda – Secretária Executiva CIR, Sra.  
5 Sidnéa Alvim da Silva – Assistente da SE/CIR, Sra. Monique Fazzi – Subsecretária Geral, **dos técnicos**  
6 **da CIES:** Sra. Neide Nobrega Pinho – Coord. Regional Telessaúde Baixada Fluminense, Sr. Tony da  
7 Silva Ferreira – DDP/Duque de Caxias, **dos Representantes das Secretárias Municipais de Saúde:**  
8 SMS Belford Roxo – Sra. Maria José Soares Pereira – Assessora de Planejamento; SMS Duque de Caxias  
9 – Sra. Fatima Saieg – Assessora de Planejamento, SMS Itaguaí – Sra. Simone Flores Soares de Oliveira  
10 Barros – Subsecretária; SMS Japeri – Sr. Josélio de Abreu Rosa – Subsecretário Executivo Geral; Sra.  
11 Andrea Cristina da S. Lemos – Subsecretária de Atenção Básica; SMS Magé – Sra. Sidney Cerqueira  
12 Couto – Secretário de Saúde, Sra. Rafaella Vidal de Andrade – Assessor Especial; Sra. Marilane de Paula  
13 Figueiredo – Super. Controle/Avaliação; SMS Nilópolis – Sr. Leonardo da Silva Moraes – Subsecretário;  
14 SMS Nova Iguaçu – Sra. Marcia Cristina Ribeiro Paula – Subsecretária de Atenção Básica; SMS Rio de  
15 Janeiro – Sra. Maria José Orioli Caraméz; Sra. Leila dos Santos Tavares – Assistente; SMS São João de  
16 Meriti – Sra. Cristina Frazão – Super. Regulação, Sra. Angelica Olivieira - Gerente de Vulnerabilidades,  
17 Sra. Leonora Goes Lima, Sra. Luciane dos Anjos Marcelino – CABSMeriti, Sra. Adriana de Azevedo;  
18 SMS Seropédica – Sra. Dulce Maria de Sousa Inouie - Subsecretária. A Sra. Monique dá início a reunião  
19 esclarecendo que os informes e a apresentação contida na pauta foram expostos na reunião ordinária do  
20 dia vinte, em que não houve quórum. Portanto, nessa plenária, serão tratados apenas os pontos de  
21 pactuação. **I – Pactuação - 1. Aprovação da 11ª ata da reunião ordinária CIR – 2013** – Foi  
22 considerada aprovada a décima primeira ata da reunião ordinária CIR de dois mil e treze com o de acordo  
23 dos membros presentes. **2. Regimento Interno da CIR** - A Sra. Patrícia diz que a cópia do regimento foi  
24 encaminhada aos gestores e seus suplentes e entregue a todos os presentes nesta reunião de forma  
25 impressa. O regimento foi elaborado pela AIR com aprovação da Subsecretaria Geral, na pessoa da Sra.  
26 Monique Fazzi. Ela esclarece que o regimento tem a finalidade de normatizar e uniformizar o  
27 funcionamento e as ações das Comissões em todas as regiões do estado. A Sra. Maria José Pereira  
28 pergunta se todos os projetos dos municípios precisam passar pela CIR para chegar a CIB. A Sra.  
29 Monique esclarece que os termos regionais precisam ser pactuados na CIB e, para tanto é necessária a  
30 deliberação da CIR. O que é estritamente municipal deve ser apenas informado para que haja uma  
31 comunicação aos demais municípios, sem necessidade de pactuação. Entendendo que essa comunicação  
32 não é obrigatória. Existem determinações do MS dirigidas diretamente aos municípios que exigem a  
33 deliberação da CIB. Entretanto são exigências formais do processo em que não há interferência do estado  
34 e a CIB pactua a fim de atender a exigência. Após os esclarecimentos o Regimento Interno foi  
35 considerado aprovado. **3. Plano de Ação da Rede de Cuidado Psicossocial – 2014-2015 - RAPS** – A  
36 área técnica estadual não compareceu para expor o plano, entretanto a Sra. Monique sugere a avaliação do  
37 material enviado por eles. O que foi aceito. Conforme o entendimento do exposto na Câmara Técnica, os  
38 slides enviados para apresentação contêm destaques em amarelo que significam a sugestão de alteração da  
39 área técnica estadual, que deverão ser ou não pactuados pela gestão. A Sra. Monique sugere que cada  
40 membro presente avalie os pontos apresentados e se manifestem. Após observação e considerações, feitas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

41 à planilha, fica pactuado o plano 2014 e 2015 da RAPS com as seguintes ressalvas: os municípios de  
42 Duque de Caxias, Japeri, Nova Iguaçu, Magé, Rio de Janeiro e Seropédica seguem com alterações.  
43 Belford Roxo, Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti e Queimados vão estar consultando suas  
44 áreas técnicas a fim de certificarem as propostas até o dia dezessete de março, para que haja tempo hábil  
45 de inclusão em CIB, garantida pela Sra. Monique. **4. Fluxo de regulação de leitos crônicos do Hospital**  
46 **Cruz Vermelha – Barra do Piraí** - O assunto é retirado de pauta, tendo em vista que o representante do  
47 Município de Barra do Piraí não compareceu para apresentar a proposta. Entretanto a Sra. Monique  
48 solicita que sejam esclarecidos os motivos da proposta a fim de que os membros presentes fiquem cientes  
49 dela e na próxima convocação saibam a que se refere o assunto. A Sra. Patrícia esclarece que o município  
50 de Barra do Piraí através do Hospital Cruz Vermelha atende alguns municípios da região (extra teto) e  
51 vem solicitar que seja regularizada a situação, pois há interesse em atender os municípios da região desde  
52 que haja pactuação. A Sra. Monique diz que os representantes de Barra do Piraí estiveram na SES fazendo  
53 uma apresentação que vai além do que foi relatado. Em sua concepção é uma proposta excelente, em  
54 termos de mais opção de atendimento de qualidade para região. É necessária uma visita à instituição a fim  
55 de conferir se os procedimentos apresentados estão de acordo com os executados. A distância é um  
56 agravante, mas em momentos de escassez torna-se uma opção a ser considerada no esvaziamento da  
57 demanda ou na urgência que requer o caso, diz ela. Também sugere que antes de ser pactuado o assunto  
58 seja analisado, a unidade seja visitada e as dúvidas sanadas por Barra do Piraí, mediante apresentação da  
59 proposta nesta plenária em tempo oportuno, visto que, neste momento, o assunto sai de pauta. Lembrando  
60 que esta é uma pactuação inter-regional e deverá ser encaminhado a CIB, ressalta a Sra. Monique. **5.**  
61 **Credenciamento/habilitação de unidade de assistência de Alta complexidade em Nefrologia para o**  
62 **Hospital Municipal Souza Aguiar** – A Sra. Patrícia esclarece que o representante da unidade esteve na  
63 Câmara Técnica informando que, devido o serviço atender aos municípios da região indiscriminadamente  
64 foi solicitado o credenciamento, pela área técnica do estado, a fim de formalizar o serviço prestado. Sem  
65 manifestação contrária ficou pactuado o credenciamento de atendimento de alta complexidade em  
66 nefrologia do Hospital Souza Aguiar. **6. Inclusão de CER na Rede de Pessoa com Deficiência –**  
67 **municípios de Japeri, Itaguaí e Nova Iguaçu** - A Sra. Patrícia informa que, de acordo com a reunião do  
68 grupo de trabalho da Rede de Pessoa com Deficiência, Itaguaí solicita a inclusão de um CER tipo II pelo  
69 município, bem como Nova Iguaçu solicita a inclusão de um CER IV, Duque de Caxias solicita um CER  
70 IV e Japeri, que obteve emenda parlamentar para a construção, solicita a inclusão de um CER tipo II,  
71 conforme orientação da área técnica estadual. A Sra. Dulce questiona a mudança, visto que nas  
72 negociações anteriores não havia condições de inclusão de um CER em cada município. A Sra. Simone  
73 lembra que a discussão no GT levou a conclusão de que é possível a inclusão. A Sra. Patrícia esclarece  
74 que na gestão do Sr. Sergio Voronoff a área técnica estadual restringia o quantitativo de Centros por  
75 entender que os critérios de prioridade seriam mais bem atendidos dessa forma. Com a nova gestão,  
76 mudou também o entendimento. A plenária acata o pleito do GT. A deliberação será encaminhada a área  
77 técnica do estado que remeterá parecer ao MS. Este, por sua vez avaliará as condições fazendo o  
78 julgamento que couber. Foi considerada pactuada a inclusão dos CER, conforme anexo I, com o de  
79 acordo de todos. **7. Curso de Especialização em Gestão de Redes de Saúde da ENSP/FIOCRUZ** – A  
80 Sra. Patrícia informa que o curso teve suas inscrições prorrogadas até ontem. Ela esclarece que este curso,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

81 em seu edital, publica que se deve emitir uma deliberação CIR como parte do processo, mas não dá outros  
82 encaminhamentos, como por exemplo, a quem deve ser entregar. A proposta é que seja deliberado o nome  
83 dos técnicos a ser encaminhada a instituição, entretanto a inscrição termina hoje. Após discussão ficou  
84 estabelecido que fosse encaminhada deliberação com o nome dos inscritos, a fim de fazer constar no  
85 processo. **8. Remanejamento de procedimentos PPI de São João de Meriti** – A Sra. Patrícia esclarece  
86 que a qualquer tempo os municípios podem solicitar o remanejamento da PPI, desde que o pedido oficial  
87 venha acompanhado de ofício com a aceitação do município que será o executor. Ela ressalta que esta é a  
88 primeira vez que a região faz essa solicitação. O município de São João de Meriti apresenta sua mudança,  
89 que estão de acordo com as determinações e constam no anexo II. O remanejamento foi aprovado. **9.**  
90 **Fluxo de Traumatologia** – A Sra. Patrícia solicita que o assunto seja retirado de pauta, visto que a  
91 área técnica não está presente. O assunto trata do fluxo de ortopedia do Hospital da Posse. O assunto foi  
92 retirado de pauta por não haver material para análise. **10 – Atualização do Plano de Ação da CIES –**  
93 **2007-2012** - Sra. Patrícia fala da dificuldade de adesão dos municípios a CIES. O entendimento é de que  
94 isto seja o reflexo da falta de conhecimento sobre educação permanente na região. Ela apresenta, por  
95 slides, o produto da revisão do plano da região, conforme anexo III. A Sra. Dulce ressalta a importância  
96 do plano ser executado, do benefício que trará aos municípios e da transparência na prestação de contas  
97 dos recursos que já deveriam ter sido utilizados. A Sra. Maria José Pereira diz que Belford Roxo está  
98 com dificuldades na abertura da conta referente aos recursos da CIES, mas que já estão sendo  
99 providenciados os devidos acertos conforme orientação recebida da Sra. Patrícia. Ela diz ainda que há  
100 dificuldades no entendimento quanto à forma de execução e quem pode executar os recursos e quais  
101 atores podem ser envolvidos. A Sra. Monique diz que o município que recebe o recurso é quem deve  
102 executar e controlar os gastos de forma legal. A Sra. Maria José Pereira diz que, além disso, o município  
103 tem que ter a definição da CIES. Ela propõe alteração na redação do plano em relação ao planejamento.  
104 Onde se lê: capacitação em regulação, gestão e planejamento, leia-se: Qualificação em Regulação, Gestão  
105 e Planejamento; bem como, nas ações sejam incluídos as capacitações e o seminário regional de  
106 planejamento. Sendo tudo definido a CIES deve fazer os encaminhamentos necessários a fim de que essas  
107 ações sejam viáveis neste ano, se possível. O Sr. Tony diz que o entendimento é que os recursos alocados  
108 nos municípios são de utilização da região e está pendente por falta de representação dos municípios na  
109 CIES. A CIES está se organizando a fim de cobrar as representações para que o plano seja detalhado e  
110 executado. Os municípios serão comunicados de que as decisões que forem tomadas a partir de então não  
111 mais poderão ser alteradas por representantes que não comparecerem as reuniões, tendo em vista os  
112 transtornos de se reiniciar uma discussão já feita cada vez que um novo representante municipal  
113 comparece a reunião quando bem entende. A proposta é reformular o regimento para que se tornem  
114 legítimas as ações das demandas que estão aparecendo. Também será levantada a discussão de como será  
115 a utilização desses recursos, de acordo com a demanda e necessidades da região. A próxima reunião CIES  
116 será no dia doze de março. Com a concordância de todos ficou definido que na convocação deve conter os  
117 termos que advertem: “não serão aceitos pedidos de alteração das decisões dessa comissão, pelos  
118 municípios que não se fizerem representar”, conforme sugestão da Sra. Maria José Caraméz. Após  
119 algumas outras considerações o plano foi pactuado com as alterações sugeridas e com ressalva de que seja  
120 ele implementado o mais rápido possível. A Sra. Monique diz que o colegiado acata a sugestão de ter um



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

121 comunicado da CIES para reunião do dia doze para o detalhamento do plano aprovado hoje, fazendo um  
122 marco de que os representantes dos municípios, ausentes às reuniões não terão direito a alterar o que for  
123 decidido a partir dessa pactuação. Fica esclarecido de que a CIES planeja e encaminha direcionando as  
124 ações para execução do plano, mas quem executa é o município que detém os recursos. O pleito foi  
125 aprovado pelos membros presentes. **11. Vagas para o Curso de Especialização da Clínica do Hospital**  
126 **Sírio e Libanês – perfil do candidato** - O Sr. Tony apresenta o relatório da discussão com relação à  
127 distribuição das vagas ofertadas pelo Hospital Sírio e Libanês, para os três cursos de Especialização,  
128 atendendo a determinação da reunião anterior da CIR, em que a CIES deveria traçar o perfil dos  
129 candidatos. São três vagas para o curso de gestão da clínica, duas vagas para regulação e duas vagas para  
130 preceptoria. Para cada curso podem ser feitas indicações, mediante ofício do gestor, de até o dobro do  
131 número de vagas. Para cada curso também pode ser indicado um funcionário não efetivo desde que seja  
132 justificada, pelo gestor, tal indicação. Ele solicita que as indicações sejam encaminhadas por meio  
133 eletrônico para SE/CIR até amanhã, dia vinte e oito de fevereiro e, o documento original até o dia sete de  
134 março, a fim de atender os prazos estabelecidos pela instituição. As indicações devem ser encaminhadas  
135 ao Hospital Sírio e Libanês o quanto antes para comprovação de indicação oficial dos candidatos junto  
136 aquela entidade. Fica pactuado o encaminhamento da relação de servidores, por município, indicados  
137 oficialmente por seus gestores até amanhã, vinte e oito de fevereiro, de forma eletrônica e, de forma física  
138 até o dia sete de março a SE/CIR. O ofício deve conter o nome, CPF, local de atuação, telefone de contato  
139 e e-mail do candidato. Lembrando que, após a indicação o Hospital Sírio e Libanês fará uma seleção dos  
140 indicados para efetuar a inscrição. A Sra. Dulce questiona sobre o Curso do EPSUS. A Sra. Patrícia diz  
141 que irá solicitar a Assessoria de Integração Regional que interceda junto a coordenadora de educação  
142 popular para que volte a região, a fim de esclarecer sobre o andamento do curso. **12. Transformação do**  
143 **GT de Dengue em GT Permanente de Vigilância** - A Sra. Patrícia informa que o GT Dengue continua  
144 atuando, mas com a denominação de GT permanente de vigilância, sabendo-se que serão convocados os  
145 membros, de acordo com o tema desenvolvido. Pactuado com aprovação de todos. **13. Segunda etapa de**  
146 **implantação do Telessaúde Brasil Redes de Atenção Básica** - A Sra. Neide esclarece que o processo  
147 começou em dois mil e onze e foi interrompido. Por determinação da CIR o CISBAF assumiu a condução  
148 da implantação do sistema na região. Ela diz que para o ordenamento algumas ações vêm sendo  
149 realizadas. O núcleo regional foi implantado e está funcionando no CISBAF. Os municípios estão sendo  
150 acompanhados e incentivados a utilizar o recurso para compra de equipamento para implantação dos  
151 pontos municipais atrelados a estratégia de saúde da família. O processo é lento, mas é possível. O MS  
152 limitou o prazo até o dia trinta e um de janeiro com o intuito de observar a movimentação dos municípios  
153 em relação à compra dos materiais, caso contrário deveria devolver o recurso. Magé e Itaguaí já têm o  
154 material comprado e devem começar a fazer as tele consultas. A Portaria prevê que além da compra do  
155 equipamento os polos precisam estar fazendo a tele consultorias. Para isso é necessária a ajuda do gestor,  
156 do coordenador da atenção básica e dos apoiadores porque os municípios ainda estão instalando os seus  
157 equipamentos. Os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu e  
158 Seropédica enviaram nota de empenho ao MS. Foi comprovado que estes estão em processo de aquisição  
159 do kit. Ela apresenta o atestado de conclusão da primeira etapa de implantação do Telessaúde. Esse é um  
160 fator de vitória, entretanto é necessário, ainda que se alcance a meta de quatrocentas tele consultorias



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

161 estabelecidas pelo MS. Elas precisam ser alcançadas. Essa responsabilidade vai para esses municípios. O  
162 objetivo é firmar o compromisso nessa plenária. Para tanto os municípios envolvidos precisam se  
163 empenhar. O Sr. Tony diz que em Duque de Caxias não será possível concluir a primeira etapa neste  
164 momento, portanto não poderá pactuar. Será necessário mais algum tempo. Ele pergunta: o que fazer  
165 nesse caso? A Sra. Marcia dentre os esclarecimentos dados diz que o MS entende toda dificuldade dos  
166 municípios e por isso se satisfaz quando observa a movimentação da região mesmo que apareçam poucas  
167 tele consultas. Ela diz que o MS não entende porque o recurso de dois mil e onze não foi utilizado. O MS  
168 permitiu, após negociações, que os municípios criassem polos descentralizados em locais que possuam  
169 conectividade para implantação das tele consultas, a fim de aperfeiçoar o processo. À medida que os  
170 municípios gradativamente se organizam os resultados são enviados ao MS. O Sr. Tony solicita garantia  
171 de que a pactuação será para que a organização do município seja gradativa, assim terá segurança para  
172 pactuar. A Sra. Neide esclarece que a pactuação não é por município individualmente e sim pelo núcleo  
173 regional. Se cada município fizer de cinco a dez tele consultas, a região atinge a meta. A ideia é  
174 sensibilizar o profissional de saúde para uso dessa ferramenta. Ela diz que o que está firmado junto ao MS  
175 é que a baixada fluminense vai implantar o Telessaúde progressivamente com datas posteriores. Ela pede  
176 que Itaguaí e Magé fortaleçam a baixada. Fica pactuada que os municípios de Belford Roxo, Duque de  
177 Caxias, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu e Seropédica foram atestados na conclusão da primeira etapa de  
178 implantação da tele consultoria, com a ressalva sobre os prazos. A Sra. Monique considerou a reunião  
179 encerra às treze horas e trinta minutos, por não haver mais assuntos a serem tratados. Eu, Sidnéa Alvim da  
180 Silva, Assistente da CIR, lavrei a presente ata.

181

182

183

184

185

186

**ANEXO I**

**Proposta de instalação dos Centros Especializados de Reabilitação – CER (nos moldes da portaria  
GM/MS 835 DE 25/04/2012)**

Município	Classificação CER	Tipo de atendimento	Recursos
Duque de Caxias	IV	Reabilitação Física (com oficina ortopédica) e visual	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Belford Roxo	II	Reabilitação Física (com oficina ortopédica), intelectual	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

Mesquita	II	Reabilitação Física (com oficina ortopédica)	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
São João de Meriti	II	Reabilitação Física (com oficina ortopédica), intelectual e visual.	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Nova Iguaçu (AACD)	II	Reabilitação Física e Auditiva	Recursos para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Nova Iguaçu	IV	Reabilitação Física (com oficina ortopédica) e visual	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Japeri	II	Reabilitação Física e Intelectual	Recursos para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Itaguaí	II	Reabilitação Física e Intelectual	Recursos para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Rio de Janeiro (Centro Municipal de Reabilitação Oscar Clark)	IV	Reabilitação Física (com oficina ortopédica), Intelectual, Auditiva e Visual	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Rio de Janeiro (Policlínica Guilherme da Silveira)	III	Reabilitação Física (com oficina ortopédica), Intelectual e Auditiva	Recursos para Oficina Ortopédica, para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Rio de Janeiro (Policlínica Newtom Bethlem)	III	Reabilitação Física, Intelectual e Auditiva	Recursos para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2014**

Rio de Janeiro (Policlínica Lincoln de Freitas Filho)	III	Reabilitação Física, Intelectual e Auditiva	Recursos para obras de adaptação, ampliação e/ou reforma, para equipamentos e custeio.
Rio de Janeiro (Centro Educativo Novo Mundo CENOM)	II	Reabilitação Intelectual e Auditiva	Recurso para custeio
Rio de Janeiro (Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR)	II	Reabilitação Física e Intelectual	Recurso para Custeio
Rio de Janeiro (Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR)	Oficina Ortopédica	Reabilitação Física e Intelectual	Recurso para Custeio

187  
188  
189  
190  
191  
192  
193



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2014

194

ANEXO II

Pactuação					
Município Encaminhador	Alta Complexiade/Serviço	Município Executor Anterior	Cota Física do Encaminhador	Cota Financeira do Encaminhador	Novo Executor
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Densitometria Óssea	BELFORD ROXO	556	30.666,47	São João de Meriti
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Densitometria Óssea	NOVA IGUACU	556	30.625,50	
Total			1.111	61.292	
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Ressonância Magnética	BELFORD ROXO	623	167.355,35	Belford Roxo
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Ressonância Magnética	NOVA IGUACU	623	167.308,59	
Total			1.245	334.664	
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Tomografia	MESQUITA	4.058	551.899,82	São João de Meriti
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Tomografia	SAO JOAO DE MERITI	4.058	551.888,00	
Total			8.116	1.103.788	
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Medicina Nuclear (Cintilografia)	RIO DE JANEIRO	362	127.064,56	Nova Iguaçu
SAO JOAO DE MERITI	Diagnósticos - Medicina Nuclear (Cintilografia)	VOLTA REDONDA	362	127.056,91	
Total			725	254.121	
SAO JOAO DE MERITI	0204030030 - MAMOGRAFIA UNILATERAL	BELFORD ROXO	700	21.014,13	São João de Meriti
SAO JOAO DE MERITI	0204030030 - MAMOGRAFIA UNILATERAL	DUQUE DE CAXIAS	700	21.014,13	
SAO JOAO DE MERITI	0204030030 - MAMOGRAFIA UNILATERAL	SAO JOAO DE MERITI	594	17.831,99	

195  
196  
197  
198  
199  
200  
201





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2014

202

ANEXO III

ANO	DECRETO MINISTERIAL/DELIB ERAÇÃO CIB	PROJETOS		RECURSOS	OBSERVAÇÃO
				Educ. Permanente em Saúde	
2007	Port. GM/MS nº 1996/2007  Deliberação CIB-RJ Nº 374/2007	1. Capacitação do SAMU Baixada,		FUNDO SES	Recurso será alocado no Município de Belford Roxo
ANO	DECRETO MINISTERIAL/DELIB ERAÇÃO CIB	PROJETOS		RECURSOS	OBSERVAÇÃO
				Educ. Permanente em Saúde	
2008	Port. GM/MS nº 2813/2008  Deliberação CIB-RJ Nº 573/2008	1 - Reorganização da porta de entrada na Atenção Primária em Saúde com foco nas redes de atenção	1 – Tendo em vista a necessidade de qualificação e atualização dos profissionais que atuam na atenção Básica em todos os aspectos de seu exercício profissional e considerando ainda o perfil de atenção dos apoiadores institucionais enquanto disseminadores e potencializadores das práticas desses conhecimentos entre os demais profissionais propõe- se um processo formativo com esse teor a ser ofertado aos apoiadores atuando nos municípios da região Metropolitana I	R\$ 218.709,68  (Fundo Municipal de Mesquita)	Este item estava planejado para o ano de 2011, na reorganização da AB, entendemos que será de importância no trabalho com os apoiadores institucionais. Capacitação sobre contrato de metas e parametrização da Atenção Primária à Saúde; Capacitação, Avaliação e Monitoramento da Atenção Primária à Saúde com ênfase na elaboração e monitoramento de indicadores; Capacitação sobre CNES e a nova Política de saúde;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2014

ANO	DECRETO MINISTERIAL/DELI BERAÇÃO CIB	PROJETOS		RECURSOS		OBSERVAÇÃO
		Educação Permanente Educação Profissional		Educação Permanente	Educação Profissional	
2009	Port. GM/MS nº. 2.953 de 25/11/2009  Deliberação CIB-RJ nº 0792 de 03 /12/2009	1 - Fortalecimento da Política de Educação na Região Metropolitana I	1.1 - Seminário regional sobre Educação Permanente com relato de experiências exitosas que possam contribuir para o fortalecimento da Política de Educação Permanente.  1.2. Capacitação sobre estruturação da Educação permanente nos Municípios.	R\$ 128.000,29  Fundo Municipal de Duque de Caxias	R\$ 127.316,36  Fundo Municipal de Duque de Caxias	

203

204

205

206



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2014

ANO	DECRETO MINISTERIAL/DELIBERAÇÃO CIB	PROJETOS		RECURSOS		OBSERVAÇÃO
		Educação Permanente	Educação Profissional	Educação Permanente	Educação Profissional	
2010	Port. GM/MS nº 4033 de 17/12/2010  Deliberação conjunta CIB-RJ/COSEMS/RJ nº 01 de 09 de dezembro de 2010 (ad referendum)	Qualificação em Regulação, Gestão e Planejamento; controle, avaliação e auditoria.	Cursos de capacitação/oficina e outros  Seminário Regional de planejamento	Não liberado	R\$81.600,02  Fundo Estadual de Saúde	Município para depósito do recurso Belford Roxo

207

208

209

210

211



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2014

ANO	DECRETO MINISTERIAL/DELI BERAÇÃO CIB	PROJETOS		RECURSOS		OBSERVAÇÃO
		Educação Permanente	Educação Profissional	Educação Permanente	Educação Profissional	
2011	Port. GM/MS nº 2200 de 14/09/2011  Deliberação CIB-RJ nº 1.445 de 18/10/2011	1. Qualificação do atendimento.  2. Fortalecimento da Regulação e da Rede de Urgência e Emergência  3. Sensibilização – Saúde Mental	1.1 - Capacitação dos profissionais de nível médio e superior para o atendimento humanizado, na rede de Urgência e Emergência, Regulação, com ênfase no acolhimento e classificação de risco de média e alta complexidade.  2.1. Capacitação dos profissionais em suporte de vida avançado par o nível médio e superior, contemplando trauma com múltiplas vítimas, mal-súbito, catástrofe, combate a incêndios; 2.2. Capacitação dos profissionais em Suporte de vida avançado em Pediatria;  3.1 - Curso de acolhimento e abordagem em Saúde Mental direcionado aos profissionais (enfermeiros e técnico de enfermagem). Que atuam na média e alta complexidade.	R\$ 208.801,90  Fundo Municipal de Seropédica	R\$298.288,40  Fundo Municipal de Seropédica	

212

213



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I**

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2014**

214